

MODERNIDADE URBANA E CONFECÇÃO: A ROUPA DE BAIXO CUSTO NA METRÓPOLE EMERGENTE

No Brasil, como em outros países com história antiga de industrialização, o segmento da confecção é um dos pilares das atividades industriais associadas ao arranço industrial e ao desenvolvimento urbano. Na primeira metade do século XX, a estrutura do setor da confecção no país baseava-se em uma produção pouco sofisticada, com um modesto volume de fabricação, limitada a roupas destinadas a uma classe média ainda restrita, pouco consumista e a uniformes e roupas profissionais para a classe trabalhadora. Já o *prêt-à-porter*, moda feita em série, era produzido exclusivamente para um seletto público feminino.

Portanto, em seus primórdios, a confecção não se dedicava a produzir produtos baratos em massa. Essa fase demanda uma estruturação do setor que só pode surgir a partir de um determinado nível de desenvolvimento urbano e industrial. O consumo de massa desenvolveu-se nos anos 1960, quando a expansão da urbanização levou ao uso social da roupa como artefato de diferenciação e de pertencimento cultural. Esse processo foi se espalhando aos poucos pelo país e se generalizou em todas as categorias sociais, das classes superiores às camadas mais populares. Dessa forma, São Paulo tornou-se a capital nacional da produção de vestuário. A oferta foi se diversificando e o consumo por habitante cresceu durante os 50 anos seguintes. O setor foi a tal ponto transformado que, atualmente, produzem-se no país, sobretudo, artigos de baixo preço destinados a uma clientela autóctone oriunda das classes popular e média. Mudanças nos hábitos de consumo, arranque setorial e reorganização produtiva conjugam-se em um mesmo movimento de redefinição da importância do vestuário na sociedade e na economia brasileira. No cerne dessa dinâmica, a revolução urbana e industrial, que transformou em menos de um século – dos anos 1880 a meados do século XX – a modesta cidade provinciana de São Paulo na maior aglomeração urbana brasileira:

capital econômica e industrial. Para entender essa mudança, é necessário analisar a evolução da indústria da confecção, de seu surgimento no Rio de Janeiro à sua concentração em São Paulo, considerando a diversificação e a segmentação da oferta nas últimas décadas. É preciso, da mesma forma, levar em consideração as evoluções sociológicas e demográficas que, em um contexto de crescimento urbano, modificam as relações individuais e coletivas com a roupa e com a moda. Para esboçar o cenário da atual situação econômica e socioeconômica do setor da confecção, é indispensável considerar o contexto particular da época de democratização e de transformações econômicas, que durou de 1980 a 2000. Esses elementos não poderiam ser analisados em detalhes sem uma breve descrição da evolução da cidade de São Paulo, de suas características demográficas e de seu processo de industrialização a partir do final do século XIX.

São Paulo, crescimento urbano e arranque industrial

Na segunda metade do século XX, São Paulo impõe-se, frente ao Rio de Janeiro, como capital brasileira da confecção e do comércio de roupas, seguindo uma trajetória histórica iniciada no final do século XIX. Durante esse período, graças ao excepcional crescimento demográfico advindo da imigração internacional e, em seguida, da migração interna, ela se tornou a principal cidade e a capital industrial do país.

Antecedentes coloniais e desenvolvimento industrial e urbano

A cidade de São Paulo foi fundada oficialmente em 1554 e era um projeto religioso dos padres jesuítas. Sua localização, situada a mais de 700 metros de altitude, proporcionava um clima mais ameno do que o do litoral ou do interior do país, fazendo com que as febres fossem menos persistentes. Como diz o geógrafo Pierre Monbeig, “assim, a catequese deu origem não somente à fundação de São Paulo, mas também à sua função urbana”.⁶⁰ Mais tarde, em virtude de sua situação geográfica e a articulação com os territórios interioranos, São Paulo tornou-se a cidade dos Bandeirantes: exploradores, saqueadores, caçadores de índios. Durante dois séculos, dessa pequena cida-

60 [...] la catéchèse est donc à l'origine non seulement de la fondation de Saint-Paul, mais aussi de sa fonction urbaine (MONBEIG, 1953a, p. 69).

de irradiou-se uma influência que acabou englobando um imenso território, até que ela se tornou a antecâmara da exploração do território da colônia. Em 1709 tornou-se a capital da recém-criada Capitania⁶¹ de São Paulo. Algumas décadas mais tarde, em 1745, uma ordem papal cria uma diocese na cidade. Apesar dessas evoluções, ao final do século XVIII habitavam na cidade somente algumas centenas de famílias.⁶²

Mas seu desenvolvimento vai ser realmente impulsionado pela cafeicultura, quando esta começa a avançar pelo Vale do Paraíba, partindo da Província do Rio de Janeiro e alcançando a Província de São Paulo. Com o passar do tempo, a produção cafeeira foi se estendendo na esteira da colonização de áreas florestais do noroeste de São Paulo⁶³ graças à política migratória promovida pelos fazendeiros. Com o intuito de acelerar a valorização das terras mais férteis, grande parte dos cafeicultores paulistas recorreu à mão de obra livre, importada. Em poucas décadas, o estado povoou-se com milhares de europeus e asiáticos, que logo após o desembarque em Santos eram encaminhados a São Paulo para serem redistribuídos pelas cafeiculturas do interior do país. A expansão da rede ferroviária⁶⁴ desempenhou um papel determinante no dinamismo da marcha pioneira, abrindo caminho para novos espaços, facilitando a circulação da mão de obra e diminuindo o tempo de transporte das mercadorias produzidas ou importadas. São Paulo funcionava, na época, como uma interface entre as regiões litorâneas e transatlânticas e o interior, onde o desmatamento para a cultura da terra avançava a passos largos. A interação funcionava nos dois sentidos, já que as importações e a imigração não eram os únicos motores do crescimento da cidade. Este era também impulsionado pela demanda do *hinterland*, que não se limitava à produção e à transformação de matéria-prima e incluía também serviços e bens manufaturados. Os fazendeiros eram inovadores quando se tratava das relações com a cidade e tinham necessidade de atividades de suporte financeiro, logístico e industrial que somente o centro urbano podia fornecer. A eletrificação da cidade e a inauguração do bonde elétrico em 1900 foram determinantes para a aceleração do crescimento urbano e industrial de São Paulo. O interesse crescente pela cidade era de tal monta que, em

61 A Constituição de 1891 instituiu os estados da união federativa, que substituíram as Províncias – que datavam de 1821 – e, antes delas, as Capitânicas hereditárias.

62 Monbeig (1953a).

63 Em 1880, o estado de São Paulo era responsável por um quarto da produção brasileira de café e 12% da produção mundial. Em 1900 esses números evoluíram, com a duplicação da produção cafeeira mundial. Metade desse total era produzido por São Paulo, o que correspondia a 64% da produção brasileira. No início dos anos 1930, a produção mundial foi 2,5 vezes superior à de 1900, tendo sido mantidos os equilíbrios, de forma geral (LUNA; KLEIN, 2014, p. 356-357).

64 Em 1906, 11.281 km dos 17.340 km de ferrovias brasileiras foram construídos no estado de São Paulo (cerca de 65%), enquanto trinta anos depois, em 1874, a rede ferroviária provincial contava com 1.053 km de trilhos (SILVA, 1986, p. 52).

alguns momentos, havia crises de mão de obra na região cafeeira causadas, em parte, pela atração que a aglomeração exercia sobre os migrantes internos ou internacionais.⁶⁵

Arranque demográfico e industrial e concentração urbana 1900-1930

Em apenas trinta anos, a economia agrícola, com seu modelo agro-exportador, desencadeou uma dinâmica de crescimento inédito, articulando em um único dispositivo a imigração internacional, a industrialização e a urbanização. Na virada do século XX, São Paulo tornou-se um grande centro industrial, operário e imigrante. Em termos de atividade, a industrialização nacional avançou ombro a ombro, desde o início, com uma dupla concentração geográfica: uma no estado e no interior de São Paulo e outra na capital, nosso principal centro de interesse.

Havia somente cerca de 200 estabelecimentos industriais no Brasil no início da década de 1880. Oito anos mais tarde esse número cresceu para 600. Nessa época, o capital industrial investia 60% no setor têxtil, 15% na alimentação, 10% em produtos químicos e somente 3,5% na confecção.⁶⁶ Segundo Loureiro,⁶⁷ a cidade de São Paulo começou a se impor enquanto “epicentro industrial” no final do século XIX, pois a Província aliava crescimento da demanda urbana com a expansão da rede ferroviária, grande disponibilidade de matéria-prima, desenvolvimento da rede de produção e distribuição de eletricidade e estruturação do mercado de capitais por concentração bancária. A produção industrial nacional não estava, ainda, concentrada no perímetro urbano, mas a transição não tardaria. Ela ocorreu na virada do século, quando a cafeicultura do estado de São Paulo havia se tornado a base da economia brasileira. Ao contrário do setor têxtil, essencial nessa época, a confecção não cresceu nessa fase inicial.

Em 1907, o estado de São Paulo contava com 327 estabelecimentos atuando na indústria da transformação, o que representava 15,9% do total da produção nacional.⁶⁸ Em 1928, 9.603 unidades produtivas respondiam por 37,1% da produção nacional. No período entre 1907 e 1928, a população operária sextuplicou, passando de 24.686 para 158.746 (80.782 já em 1919), e a indústria tornou-se, então, o motor do crescimento urbano. Essa relação

65 Monbeig (1937, p. 91).

66 Ianni ([1997] 2004, p. 367).

67 Loureiro (2007).

68 Negri (1994, p. 32).

é mencionada principalmente por Pierre Monbeig, quando afirma que “estudando os fatores de desenvolvimento industrial, conheceremos as principais causas do desenvolvimento urbano”.⁶⁹ De fato, a concentração industrial na capital começou a ser percebida com a decolagem do início do século XX. Em 1907, dos 327 estabelecimentos industriais instalados no estado, 154 (47,1%) situavam-se no município de São Paulo.⁷⁰ Índices de concentração similares foram constatados na produção e na distribuição da população operária: em 1907 foram recenseados 12.773 costureiros nas fábricas do município.⁷¹ Vinte anos depois, em 1928, esse número passou para 58% do total da produção industrial. Em poucas décadas, o estado de São Paulo tornou-se o principal centro industrial e sua capital, a maior cidade industrial do país.

A confecção avançava ombro a ombro com o setor têxtil desde a fase de arranque industrial, mas a produção ainda era marginal.⁷² As roupas eram em sua maioria fabricadas nos domicílios ou de forma privada; as elaboradas por terceiros eram feitas sob medida, confeccionadas por alfaiates e costureiros autônomos em modestas oficinas com pouca visibilidade, se comparadas com as instalações industriais.⁷³ Contudo, desde o princípio a particularidade da confecção repousava no fato de que ela era urbana. Ao contrário da indústria alimentícia e têxtil, implantada no interior pela proximidade com a matéria-prima, o setor confeccionista demonstrava preferência marcante pelo ambiente urbano: em 1928, 79,6% dos costureiros do setor do “vestuário, calçados e artefatos de tecido”⁷⁴ exerciam suas atividades profissionais na grande São Paulo. Percebemos aqui uma das características da confecção, cuja grande demanda por mão de obra determinava as características de sua localização, ou seja, próxima da concentração de populações operárias. Wanda Maleronka⁷⁵ observa este fenômeno desde o início de 1920. De acordo com a Diretoria-Geral de Estatística, em 1920, 70 dos 74 estabelecimentos industriais de confecção, identificados no estado de São Paulo, situavam-se na capital.

69 [...] en étudiant les facteurs du développement industriel, on connaîtra les principales causes de l'épanouissement urbain (MONBEIG, 1953b, p. 269).

70 Salvo exceção, os dados apresentados nas próximas linhas não mencionam os números, apesar de terem sido fornecidos por Negri, das cidades vizinhas do município de São Paulo, tendo em vista que elas ainda não estão integradas à metrópole.

71 Negri (1994, p. 42).

72 A indústria têxtil é anterior à confecção. Ela surge no final do século XVIII na Inglaterra e na Escócia, quando a máquina de fiar (Edmund Cartwright, 1785) e a máquina a vapor (James Watt, 1765) são inventadas e difundidas. A confecção, ou seja, a produção industrial de roupas, torna-se realidade na segunda metade do século XIX. A decolagem tardia da industrialização no Brasil cria, portanto, condições para uma proximidade cronológica entre o têxtil e a confecção.

73 Maleronka (2007, p. 38).

74 Negri (1994, p. 48).

75 Maleronka (2007, p. 39).

Nessa região, o Bom Retiro tem posição de destaque. Sua trajetória funcional, rapidamente definida em torno da combinação entre confecção e imigração, conduziu em poucas décadas à especialização do bairro no comércio e na fabricação de roupas *prêt-à-porter*.⁷⁶

O desenvolvimento da indústria e sua concentração no estado e na capital paulista são concomitantes com o período de intensa imigração da virada do século XX.⁷⁷ A imigração, tendo em vista sua abrangência, alimentou o crescimento demográfico e estimulou a demanda industrial. Além disso, muitos desses imigrantes participavam, como costureiros ou empreendedores, da expansão da indústria. Em 1920, de acordo com o Censo Demográfico,⁷⁸ mais de um terço da população da capital, ou seja, 205.245 habitantes, era originária de um país estrangeiro. Uma vez no Brasil, grande parte dos migrantes internacionais provenientes da classe média se convertia ao empreendedorismo. Praticamente sem exceção, até a Primeira Guerra Mundial os pioneiros da indústria, fossem eles estrangeiros ou brasileiros, exerciam ou tinham exercido atividades comerciais de importação ou produção de matéria-prima agrícola.⁷⁹ O projeto industrial foi fruto de uma trajetória profissional que buscava valorizar a matéria bruta extraída ou substituir sua importação. O aumento das tarifas aduaneiras sobre as importações foi também um fator de desenvolvimento industrial. Por fim, o capital estrangeiro desempenhou um papel decisivo no desenvolvimento inicial da indústria paulista.⁸⁰ Em 1911, cerca de dois terços dos ativos financeiros dos bancos com sede em São Paulo pertenciam a instituições estrangeiras, situação que perdurou por várias décadas.⁸¹

Na primeira metade do século XX, a presença estrangeira na indústria continuava a ser expressiva. Segundo Sarah Feldman,⁸² das 8.500 fábricas registradas no estado de São Paulo em 1936, quase 4.000 pertenciam a estrangeiros. Na época, os numerosos imigrantes instalados em toda a cidade de São Paulo concentravam-se em alguns bairros centrais, principalmente no Bom Retiro, na Sé e na Liberdade. No Bom Retiro, os imigrantes montavam rapidamente atividades industriais de pequeno porte, frequentemente domésticas, com a confecção ocupando lugar importante. O bairro atraía inú-

76 Feldman (2008). Voltaremos a abordar esses aspectos no capítulo II.

77 Souchaud (2009). No período entre os anos 1880 e 1920, milhões de estrangeiros entraram no Brasil, a maioria deles se instalando no estado de São Paulo.

78 Brasil (1926).

79 Fausto ([1997] 2006, p. 299).

80 Paulista designa os moradores do estado de São Paulo, enquanto paulistano indica os que vivem na cidade de São Paulo.

81 Levine, Love e Wirth ([1997] 2006, p. 69).

82 Feldman (2008, p. 5).

meros imigrantes judeus que “comercializavam roupas e artigos de vestuário, possuindo, também, oficinas de fabricação”.⁸³ A rua 25 de Março, uma das mais importantes no comércio popular da capital nos dias de hoje, se restringia a “uma sucessão de vendedores de tecido, sírios ou libaneses”.⁸⁴ Enquanto os imigrantes judeus se lançavam na produção e no comércio de artigos de confecção, os sírios e libaneses começaram exercendo suas competências nas colônias do interior do estado, para depois se instalarem também na rua 25 de Março.⁸⁵

Até os anos 1920-30, o desenvolvimento da capital se amparava na dinâmica da industrialização, sustentada por uma imigração internacional em massa. A partir dos anos 1940-50, a situação inverteu-se. A imigração internacional praticamente estancou, e a fatia da população estrangeira decresceu rapidamente. No entanto, nos anos 1950 o crescimento urbano manteve-se alto e a população ultrapassou a do Rio de Janeiro, aumentando de 65 mil para 4.905.000 habitantes entre 1890 e 1960. Com a transição demográfica, o crescimento retornou e a industrialização entrou em uma nova fase: a da revolução do consumo urbano.

O surgimento do vestuário de baixo custo

A partir dos anos 1960, a divulgação da moda de baixo custo provoca uma mudança na economia do vestuário brasileiro. A produção local de grande parte desse tipo de artigo permitiu o arranque da indústria confeccionista nacional. Paralelamente, o setor criou uma diferenciação no processo produtivo, estabelecendo grandes categorias de artigos de vestuário de acordo com a qualidade, o preço, o uso e as condições sociais da clientela. Essa segmentação foi tanto econômica quanto social.

É preciso entender a maneira pela qual a roupa com baixo custo se elabora historicamente enquanto artigo de vestuário de moda e produto industrial. No processo histórico que levou ao surgimento desse tipo de moda encontramos a definição de determinadas características essenciais para o setor no momento atual. Para realizar essa volta ao passado, impõe-se um deslocamento espacial, posto que a massificação da confecção de moda aconteceu entre Nova York e Paris.

83 [...] détiennent le commerce des vêtements et articles vestimentaires tout en ayant des ateliers de fabrication (MONBEIG, 1953b, p. 298).

84 [...] qu'une succession de marchands d'étoffes syriens ou libanais (id. *ibid.*, p. 297).

85 Maleronka (2007, p. 41-47).

De acordo com Solange Montagné-Villette,⁸⁶ a confecção nasceu na França durante o Segundo Império, quando se conjugavam progresso tecnológico, mudanças econômicas e evoluções sociológicas. O aperfeiçoamento da máquina de costura com lançadeiras e pespontos duplos fez com que ela fosse melhor difundida e que houvesse aumento da produtividade de costureiros. Paralelamente ao forte crescimento da população parisiense, o aumento do nível de vida permitiu o surgimento de uma classe média com novos hábitos de consumo. A abertura das lojas de departamentos (*grands magasins*) promoveu a expansão do consumo e do comércio massificado. Montagné-Villette esclarece, contudo, que “as primeiras roupas ‘feitas’ surgiram em Londres no século XVIII, e em Paris em 1770”.⁸⁷ A autora acrescenta não se tratar, ainda, de uma indústria, pois os modelos eram fabricados em pequenas quantidades e costurados por artesãos-alfaiates.

A historiadora Nancy Green, por sua vez, adota um ponto de vista diverso quanto às origens da confecção, que ela situa na primeira metade do século XIX e associa à demanda militar. Assim sendo, a confecção enquanto atividade industrial é definida pela divisão do trabalho, pela mecanização das atividades e pela produção de modelos em série (e não sob medida) em grandes quantidades. Nancy Green destaca, contudo, que “a divisão do trabalho em tarefas específicas independe da mecanização ou da concentração dos meios de produção”.⁸⁸ A evolução radical introduzida pela confecção tem relação com a escala de produção. A partir de meados do século XIX, graças à disseminação da máquina de costura, “as grandes oficinas militares e, mais tarde, civis alçaram [a produção] a uma escala até então desconhecida”.⁸⁹ Por fim, a autora não considera a expansão da confecção como um fenômeno urbano, mas como o resultado da demanda das forças armadas, grupo social no qual o uniforme é regra. De 1830 a 1848, as forças armadas francesas montaram suas próprias oficinas, reunindo em um mesmo espaço um número expressivo de costureiros. Inicialmente essas primeiras oficinas da história da confecção produziam uniformes para a Garde Nationale,⁹⁰ mas a crescente demanda militar aprimorou as técnicas de produção, promovendo o aparecimento das oficinas civis. Aliás, quando o termo confecção surge, faz referência à produção de uniformes para as forças armadas em oficinas militares e civis. Com efeito, o termo correspondia originalmente à produção

86 Montagné-Villette (1990, p. 14).

87 [...] les premiers vêtements “tout faits” apparaissent à Londres au XVIII siècle et à Paris vers 1770 (id. *ibid.*, p. 13).

88 [...] la partition du travail en tâches spécifiques est indépendante de la mécanisation ou de la concentration des moyens de production (GREEN, 1998, p. 49).

89 [...] les grands ateliers militaires puis civils portèrent [la production] à une échelle jusque-là inconnue (id. *ibid.*, p. 49).

90 Id. *ibid.*, p. 48.

de vestuário masculino em oficinas de produção. Somente a partir do final do século XIX a indústria de confecção passou a produzir moda feminina. A evolução dos modos vestuaristas se traduz pela ampla mudança de mentalidade associada ao advento da sociedade de consumo, situada por Green no final do século XIX. Em 1895 surge o termo *ready-to-wear* (*prêt-à-porter*, literalmente pronto para vestir). É importante demorar-se na análise das mudanças que ocorreram nessa época, sobretudo no significado da confecção feminina e do fenômeno do *prêt-à-porter*, pois seu aparecimento causou uma evolução de grande porte nas preferências e na organização econômica da indústria vestuarista. Tais implicações se conjugam e a demanda parece ser determinante na definição e na organização da produção.

Originalmente o *prêt-à-porter* designa a produção em série, não mais sob medida, de uma indumentária de moda. Apesar de ainda reservado a uma elite social, o *prêt-à-porter* alcança um público considerável. É, sobretudo, um modelo padronizado reproduzido em diferentes tamanhos, tornando dispensáveis as longas horas passadas no alfaiate para tirar medidas e provar.

Solange Montagné-Villette evoca a história de Charles F. Worth, britânico vivendo em Paris em 1858⁹¹ que inventou e introduziu a alta-costura na indústria do luxo. De seu percurso e intuições apreendemos que as inovações industriais e comerciais concebidas para a moda de alto padrão se difundem nos segmentos da moda destinada a categorias sociais menos privilegiadas e mais numerosas. O desenvolvimento da confecção feminina através da moda de luxo ocorre no final do século XIX e estabelece os marcos para a chegada da roupa de baixo custo.

Os modelos desenhados por Worth eram produzidos em série, mas diversificando alguns detalhes visíveis – ainda que secundários do ponto de vista da confecção –, como bordados e babados, e propostos a clientes abastadas por meio de um catálogo. O designer foi precursor do uso da publicidade e também teve a ideia de propor seus trajes a uma clientela diferente, simplesmente simplificando-os paulatinamente à medida que decrescia a hierarquia social. Uma parte das inovações propostas por esse sistema de trabalho acabou escapando a seu controle, pois a divulgação de suas roupas ultrapassou o âmbito de seu projeto. O sucesso de seus modelos fez com que fossem copiados, mais ou menos fidedignamente, e reproduzidos em versões simplificadas. A redução dos custos de fabricação permitiu expandir a distribuição a uma clientela mais extensa. Com isso, a moda das classes mais abastadas acabou se inserindo profundamente na sociedade como um todo, fazendo

91 Montagné-Villette (1990, p. 15).

com que os trajes distinguissem os diferentes estratos sociais de forma menos marcante.⁹² Os modelos criados para a elite foram se democratizando, tornando-se mais simples, e o corte passou a ser um critério distintivo, discreto, mas não menos revelador das origens sociais daquele que os traja.

A feminização da produção da confecção levou também à simplificação da moda feminina, que se aproximou da masculina. De fato, muitas mulheres já trabalhavam à época e desfrutavam de momentos de lazer, principalmente esportivos, fora do domicílio. Assim foram adicionados aos trajes femininos detalhes e atributos inspirados no vestuário masculino, como os bolsos.⁹³ A roupa feminina passou a limitar menos o movimento das mulheres, graças, inclusive, a inovações provenientes da alta-costura, que alteraram os atributos estéticos e sua abordagem funcional. Por isso, Paul Poiret foi considerado revolucionário por ter suprimido o espartilho em 1907.

Afinal, Worth reestruturou a cadeia de produção. Desenhava, ele mesmo, seus modelos, encarregava-se de escolher a matéria-prima, mas inseriu uma inovação sob a forma da segmentação da fabricação de suas criações mediante terceirização a diversas oficinas especializadas. Dessa forma, a produção encontrava-se dispersa e as roupas transitavam de um local a outro.⁹⁴ Ora, a dispersão e a complementaridade são elementos do sistema de produção de roupas de baixo custo em São Paulo.

Vemos, por conseguinte, que os mecanismos do arranque da confecção de massa se definem já na época de Worth. Em primeiro lugar, a ampla difusão da moda concebida para a elite graças, principalmente, ao uso da publicidade e do marketing permite a identificação de todos com um determinado grupo social, reproduzindo seus hábitos de consumo e, ao mesmo tempo, marcando sua autonomia.⁹⁵ Em seguida, a simplificação e a relativa uniformização dos modelos ocorrem dentro das diferentes camadas sociais e também entre os universos masculino e feminino. Por fim, verificamos a segmentação das atividades de produção, mecanismo essencial à flexibilidade e à competitividade atuais.

A essa altura, na Europa, a confecção se dividia em duas categorias distintas: ou era representada pela produção em massa, que evoluía independentemente dos critérios estéticos da moda – é o caso do segmento masculino, da roupa de trabalho e das roupas íntimas – ou era o reflexo de uma adaptação da alta-costura, que atingia um público reduzido e feminino.

92 Id. *ibid.*

93 Green (1998, p. 43).

94 Montagné-Villette (1990, p. 15).

95 Simmel (1957, p. 543).

Essas duas categorias se reuniram na esteira do pós-guerra: a roupa em série e barata adquiriu respeitabilidade, tornando-se um produto da moda masculina e feminina. A noção de *prêt-à-porter* evoluiu sensivelmente, tornando-se a referência para uma roupa mais popular, de qualidade adequada e de acordo com as tendências da moda.

Segundo Solange Montagné-Villette,⁹⁶ o fabricante francês Jean-Claude Weil desempenhou um papel importante nessa evolução. Até 1948, o vestuário produzido em série gozava de má reputação. Weil foi responsável por promover uma roupa em série de qualidade, apoiado pela revista Elle, que defendia o modelo único como precursor dos valores de modernidade e do dinamismo. Em um ano, entre 1956 e 1957, foram vendidos dez mil vestidos “já prontos”.⁹⁷

Mas foi a chegada dos *baby-boomers* que fez com que a produção de roupas em série tomasse impulso e evoluísse. De fato, em meados dos anos 1960 revolucionam-se as preferências e os anseios das novas gerações quanto à moda e aos atributos indumentários. Novos valores atribuídos ao vestuário, como originalidade e descontração, chegam dos Estados Unidos, especificamente da Califórnia, onde se difundia a moda *sportswear* surgida no pós-guerra.⁹⁸ Esses valores eram veiculados por marcas norte-americanas, algumas ainda muito famosas, como Fruit of the Loom ou Levi’s. O conjunto emblemático do *sportswear*, atualizado ao gosto da época, era formado por um par de calças denim, o jeans, e por uma camiseta de malha de algodão, ambos originariamente vestimentas de trabalho.

Na França, com o sucesso do *sportswear*, algumas características indumentárias, como a aparência, o estilo e a noção de tendência, tornaram-se essenciais para o público, em detrimento de questões qualitativas como a solidez, outrora primordial, que passou para o segundo plano.⁹⁹ Mas a queda na qualidade é também uma questão econômica, já que, para que as roupas se tornem um produto de moda, as coleções devem se renovar constantemente e circular nos guarda-roupas. Mas para que essa circulação seja possível, a vestimenta deve ser financeiramente acessível, ou seja, barata. Roupas de menor qualidade e mais baratas, combinadas com variações cíclicas da moda, contribuem para reduzir a vida útil das roupas e aumentar mecanicamente o consumo.

96 Montagné-Villette (1990, p. 17).

97 Id. *ibid.*, p. 17.

98 Green (1998, p. 94).

99 Montagné-Villette (1990, p. 22).

O advento da roupa barata, que Montagné-Villette chama de roupa *prêt-à-jeter*¹⁰⁰ (pronta para descartar), revolucionou as confecções nova-iorquinas e parisienses em poucos anos. A roupa barata é o resultado do movimento de massificação ocasionado pela segmentação sucessiva da produção de roupas em série.

Do exposto acima há dois elementos que merecem destaque. Na segunda metade do século XX, o desenvolvimento da confecção se apoiava na promoção da produção em larga escala e na massificação do consumo de roupas, mas a uniformização dos gostos e hábitos resultante é somente parcial. Há uma clara intervenção de fenômenos distintivos, ligados a detalhes estéticos e à qualidade dos produtos, que variam em função das matérias-primas utilizadas ou dos procedimentos de fabricação. Naturalmente, a segmentação da confecção, ou seja, a diferenciação dos produtos e do mercado consumidor, estabelece-se em modelos econômicos e industriais distintos, onde, como veremos, entra em jogo a parte primordial dos determinantes da concorrência.

Nascimento e diversificação da confecção no Rio de Janeiro e em São Paulo

Norteadas tanto pelo desenvolvimento industrial da moda feminina quanto pela emergência do *sportswear*, essa mudança radical ocorreu também no Brasil, no Rio de Janeiro e em São Paulo.¹⁰¹ A combinação dos dois propeliu a confecção e, em seguida, sua segmentação. A moda feminina, socialmente orientada, permite o desenvolvimento de competências na concepção de modelos, na produção industrial e na organização do segmento. Tais competências foram posteriormente implementadas em outros setores, que ainda estavam em gestação. O segmento da moda feminina ainda é reservado à elite, e as boutiques estão situadas em bairros nobres de São Paulo (na rua Augusta e nos Jardins) e do Rio de Janeiro (em Copacabana e Ipanema).

O *sportswear* chegou ao Rio de Janeiro em meados dos anos 1960. Fruto de competências forjadas no setor da moda feminina, favoreceu o nascimento de novos segmentos que visavam a massificação e a diferenciação da confecção. Por seu clima tropical, o Brasil apresenta um ambiente favorável à expansão de uma moda leve e descontraída, característica do *sportswear*, que tem como característica trajes leves e abertos. Esse tipo de moda é mais

100 *Prêt-à-jeter* (literalmente pronto para ser jogado fora, descartado) é um trocadilho com *prêt-à-porter* (pronto para usar).

101 A maior parte das informações aqui apresentadas foi fornecida por Branislav Kontic.

adaptada às temperaturas tropicais do que os trajes mais ajustados e austeros. Além disso, a produção fabril disponibiliza ao mercado interno tecidos e malhas de algodão fabricados com matéria-prima local.

No Brasil, a tendência *sportswear* foi denominada modinha. “Modinha significa ainda hoje, no ramo têxtil e vestuarista, uma área precisa de produto: a roupa casual e esportiva com alguns toques de diferenciação inspirados nas grandes tendências do *prêt-à-porter*”.¹⁰² A modinha era distribuída nas lojas de departamentos do Rio de Janeiro e de São Paulo, na época, Mesbla e Mappin, respectivamente, e para alguns atacadistas de São Paulo, situados no Bom Retiro, no Brás e na rua 25 de Março.

Branislav Kontic¹⁰³ explica, em uma importante análise, que as pequenas e médias empresas do setor da modinha se instalaram no mercado durante os anos 1960. Para ele, as grandes empresas que produziam em massa e atingiam um vasto público, como a Hering, em Santa Catarina, não representavam um obstáculo para as pequenas e médias estruturas, pois o mercado era vasto e a demanda, crescente. As pequenas e médias empresas de confecção de massa passaram a ocupar o espaço deixado por grandes grupos e produzir artigos de *sportswear* denominados básicos, um segmento que o autor distingue da modinha. Aos poucos as empresas introduziam elementos estéticos que as diferenciavam da produção industrial em grande escala. Essa diferenciação, baseada em detalhes estéticos, é frequentemente inspirada no *prêt-à-porter* e também repousa em um modelo econômico mais verticalizado cujos produtos são destinados a um leque mais amplo de categorias sociais, das classes médias às populares. Finalmente o segmento dos básicos acabou se tornando uma marca de fábrica. Assim, Kontic diferencia a categoria modinha da categoria básicos em função de seu modelo econômico, e não pelo tipo de artigo fabricado, de forma que a produção de peças básicas aparece como uma categoria da modinha e não como um produto diferente.

Nos anos 1970 e 80, a produção carioca e paulista de modinha e de básicos se diferenciou. Kontic afirma que os empreendedores cariocas pertenciam à classe média alta. Tinham bom conhecimento do ambiente urbano e das tendências da moda e souberam divulgar eficazmente, em todo o país, imagens do Rio de Janeiro e de seus moradores, como o *savoir-vivre*, a descontração e o gosto apurado pela estética corporal. Produziam artigos em quantidade limitada e com frequência se apoiavam em mão de obra local, numerosa e subcontratada, que trabalhava em modestas oficinas situadas na

102 Kontic (2007, p. 37).

103 Id. *ibid.*, p. 37 *et seq.*

periferia da cidade. As peças eram distribuídas para pequenas lojas de venda a varejo da Zona Sul,¹⁰⁴ em bairros como Copacabana e Ipanema, para o interior do estado e também para outros estados do Brasil. No Rio de Janeiro, o que norteava o projeto econômico de confecção da modinha era a imagem do produto, enquanto a dimensão industrial passava para o segundo plano. Quanto à distribuição, era limitada a circuitos de venda a varejo.

Já em São Paulo, onde a principal característica do projeto econômico da modinha era o dispositivo industrial, há uma situação bem diferente. Notemos inicialmente que os produtores originavam-se de famílias modestas, muitas vezes comerciantes. Em seguida, que os pioneiros paulistas imitavam, ou melhor, “se inspiravam” nos designs cariocas. Para isso mantinham contatos na cidade e a visitavam com frequência. No mais das vezes, tinham experiência comercial no setor da confecção e excelente conhecimento de um ambiente urbano onde o comércio atacadista já estava há tempos desenvolvido e onde havia um grande número de economias de aglomeração (que designam o conjunto de vantagens indiretas que a densidade e a diversidade dos agentes econômicos locais proporcionam às empresas). O empreendedorismo e o ambiente industrial foram a mola que impulsionou os paulistas ao ponto em que acabaram por ultrapassar os cariocas no que tange à integração vertical do setor. Esta se inicia na produção atacadista de tecidos e se conclui com a venda do vestuário no varejo, passando evidentemente pela confecção dos modelos. No Rio de Janeiro, a preocupação com o estilo e o comércio representaram o fundamento da indústria da confecção. Já em São Paulo, a confecção parecia vinculada, acima de tudo, a um projeto industrial.

Durante os anos 1960, no que toca aos segmentos de mercado, surge um quarto e último tipo de produto e de modelo econômico além da moda feminina, dos básicos e da modinha. Tratava-se de uma produção destinada às classes populares das periferias da metrópole de São Paulo. Distribuídas no varejo para pequenas lojas da periferia e barracas de feiras populares, sobretudo no Brás, ou para as marcas de venda por atacado, a produção dita de carregação é um produto de qualidade bastante medíocre cuja fabricação não é cuidadosa, tanto no que diz respeito à matéria-prima quanto ao modelo e ao corte. A produção se baseia na informalidade selvagem (*informalité sauvage*),¹⁰⁵ observada nas oficinas não declaradas, subcontratadas e que empregam ilegalmente mão de obra por vezes imigrante, e na contrafação grosseira

104 A zona sudeste da região meridional do município do Rio de Janeiro é constituída principalmente por bairros à beira-mar entre o Flamengo e o maciço da Tijuca, passando por Copacabana, Ipanema e Leblon, onde a classe média superior é predominante.

105 Kotic (2007, p. 41).

de artigos de grande difusão. Em seus primórdios, os nordestinos do Brás que produziam tais artigos de carregação escoavam seus produtos na metrópole e nas feiras nordestinas. A partir desse núcleo inicial, situado no Brás e no Bom Retiro, as oficinas, que empregavam muitos costureiros vindos do Nordeste, alastraram-se, principalmente em Guarulhos e adjacências. Nos anos 1970, os migrantes coreanos firmam-se no setor da carregação, reduzindo o custo da produção mediante o emprego sistemático do *sweating labour*.¹⁰⁶

Há cerca de cinquenta anos, a confecção brasileira vem percorrendo uma trajetória que, por inúmeras razões, parece comparável com a que evocamos quando mencionamos os casos de Paris e Nova York. Tanto em um local quanto no outro encontramos inicialmente uma moda feminina que foi evoluindo graças à produção industrial de vestuário em série. A partir deste segmento surgiram outros modelos econômicos de confecção que acompanharam o crescimento urbano e penetraram na sociedade metropolitana, atingindo categorias mais modestas e fazendo da roupa um produto de consumo corriqueiro amplamente difundido, padronizado e diferenciado.

Fenômeno similar ocorria tanto na confecção quanto em várias áreas da vida social no Brasil, onde práticas rigorosas eram definidas pelas linhas divisórias estabelecidas em torno das distinções socioeconômicas dos indivíduos. A roupa caracteriza-se por um determinado modelo econômico, mas também por sua clientela. Isso é fato, em determinadas proporções, tanto em Paris quanto em Nova York e verifica-se ainda mais sistematicamente em São Paulo, onde cada segmento de produto da confecção é dedicado a um grupo socioeconômico definido. O consumo de cada indivíduo se limita no máximo a um ou dois segmentos que correspondem ao universo social de cada um. No Brasil, é impensável que uma pessoa pertencente a uma camada mais modesta adquira roupas de moda feminina ou de modinha, e ainda que seja teoricamente possível que um indivíduo pertencente às classes superiores adquira roupas de carregação, isso, na realidade, não acontece, de forma que, atualmente, em se tratando de roupas de baixíssimo custo, seria muito difícil estabelecer correspondências entre os produtos das confecções parisienses e paulistas. Ainda que possamos encontrar algumas boutiques de moda feminina comparáveis nos Jardins e no sexto *arrondissement* parisiense, lojas de modinha nos Jardins e na Bastilha ou de básicos no Bom Retiro e no Sentier, seria difícil encontrar em Paris algo equivalente à carregação do Brás. A Tati e a H&M produzem, de fato, roupas de carregação, mas a clientela não está limitada às classes mais modestas.

106 Só diversificaram suas atividades no setor da modinha a partir dos anos 1990.

Trata-se, então, de uma especificidade paulista, onde a confecção de carregação é bem marcada e socialmente excludente. Esse fato é notável, visto os elevados volumes produzidos para fornecer a um grande número de domicílios chamados de baixa renda¹⁰⁷ situados na região metropolitana e no Brasil.

A importância dessa atividade no espaço urbano de São Paulo se mede à luz de seu alcance espacial, como veremos no capítulo VI. Notemos desde já que a confecção em São Paulo assume traços de uma sociedade do sul, na qual a organização urbana e a estratificação social são definidas pelo regime da transição demográfica.

No Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo compartilham a história do desenvolvimento da confecção, mas o Rio de Janeiro ficou rapidamente para trás, já que houve um desenvolvimento incomparável da confecção e do comércio de roupas paulistas em relação ao resto do país como resultado de sua história industrial e graças a uma significativa população de migrantes internos e internacionais. Após evocar a importância da imigração no arranque industrial, veremos, a seguir, o papel essencial que os migrantes nordestinos, coreanos, bolivianos e paraguaios desempenharam na evolução da produção e do comércio da modinha, dos básicos e da carregação.

A trajetória da indústria da confecção na economia brasileira dos anos 2000

A expansão da confecção em São Paulo, entre os anos 1960 e os dias de hoje, não ocorreu sem atritos. A crise dos anos 1980, especialmente, e as reformas do início da década seguinte provocaram uma evolução importante, paralelamente a um considerável crescimento dos diferentes setores da confecção. Não detalharemos as causas nem as consequências dessa crise, tampouco as condições da recuperação do início dos anos 1990. Enfatizaremos, contudo, que as reformas econômicas e monetárias (sobretudo o Plano Real de 1994) restabeleceram, no início da década de 1990, quando do controle da hiperinflação e da retomada do investimento, a dinâmica de crescimento da economia brasileira. Mas a queda de parte das barreiras aduaneiras e o aumento da taxa de câmbio do real contribuíram para a redução do preço dos produtos estrangeiros e o aumento do fluxo de importa-

107 Baixa renda: categoria que reúne parte expressiva da população brasileira. Esse grupo tem renda de cerca de um salário mínimo. No entanto, segundo o IPEA, em 2011 a renda doméstica *per capita* dessa população era de meio salário mínimo.

ções, fazendo concorrência à produção nacional no mercado interno. Além disso, o encarecimento dos produtos brasileiros no mercado internacional devido, também, à subida do real foi desvantajoso para os exportadores. A exportação, que tinha servido de tábua de salvação durante a década da crise, perdeu sua importância relativa face ao mercado interno, pelo menos no que diz respeito aos produtos manufaturados.

Em 2003, Lula chega ao poder e cumpre dois mandatos sucessivos de quatro anos até a eleição de Dilma Rousseff em 2010. Seus detratores afirmam que a política econômica instaurada pelo ex-presidente pouco se diferenciava da aplicada por Fernando Henrique Cardoso, o presidente de centro-direita que o antecedeu e que foi, aliás, ministro da Fazenda e artífice do Plano Real em 1994. Ora, ainda que seja verdade que do ponto de vista monetário e orçamentário Lula tenha acompanhado as orientações de Cardoso, ele optou por uma política distinta, que incluía aumento salarial e transferências sociais para a população mais modesta.

Assim que Lula assumiu, a imensa desconfiança que os setores econômico e financeiro tinham dele traduziu-se em uma vasta evasão de capital e na queda dos investimentos. Ele, então, orientou seu governo de forma a estimular o retorno dos investidores e a conter a inflação, que ameaçava voltar, fazendo planar sobre a cabeça dos brasileiros o espectro da hiperinflação contida por FHC dez anos antes. Em 2003 subiram as taxas de juros reais, que passaram de 5,1% para 11,9%, e a inflação, que chegou a 9,3%. No entanto, em 2005 ela cai para 5,7% e para 3,1% em 2006.¹⁰⁸ Somente então o governo Lula começou a empreender uma política de redução das desigualdades baseada no aumento do salário mínimo e na implementação de programas de transferências sociais. Esses elementos, combinados à retomada do crescimento e à queda do desemprego, favoreceram a melhoria do nível de vida, provocando aumento da demanda interna.

No entanto, a indústria passou por algumas dificuldades na segunda metade dos anos 2000, pois, como há dez anos, a política monetária e o rigor orçamentário impostos, desta vez pelo governo Lula, provocaram a subida do real. Consequentemente, a produção caiu em alguns setores industriais, particularmente no de transformação, com o saldo da balança comercial caindo e apresentando déficit entre 2005 e 2008.¹⁰⁹ Os produtos manufaturados brasileiros sofreram com a concorrência das importações estimuladas pela valorização do real. Além disso, o baixo nível de investimentos na indústria

108 Salama (2010, p. 168).

109 Id. *ibid.*, p. 175.

de transformação desfavorecia alguns setores, consequência da acentuada financeirização da economia brasileira.¹¹⁰ Contudo, ainda que entre 2002 e 2011 não houvesse uma desindustrialização propriamente dita, o índice de produção industrial, que passou de 100 para 121, deveu-se principalmente ao aumento de produção das indústrias de extração.¹¹¹

Em tal contexto, não seria surpreendente que a confecção, indústria de transformação intensiva em mão de obra, mas com gastos reduzidos em infraestrutura (o que a fragilizou frente à concorrência das importações), tivesse sido duramente atingida. Com efeito, a valorização da moeda nacional acabou repercutindo nos custos de produção, via salários. Por outro lado, o uso não intensivo de equipamentos não permitia eventuais economias em materiais e equipamentos importados.

A confecção: perfil econômico e sociodemográfico

As fontes de dados estatísticos no setor da confecção são várias e diversas; todas elas, porém, apresentam certo número de desvantagens que dizem respeito à composição e ao tamanho das amostras ou da periodicidade dos estudos, sendo, portanto, insuficientes para que se chegue a uma opinião precisa e completa dos aspectos econômicos do setor.

Existem diversas fontes de dados estatísticos sobre o setor da confecção. Todas elas, porém, apresentam certo número de desvantagens no que toca à composição e ao tamanho das amostras ou à periodicidade dos estudos, sendo, portanto, insuficientes para que se possa emitir uma opinião precisa e completa sobre os diferentes aspectos econômicos do setor. O IBGE, quando executou a Pesquisa Industrial Anual (PIA), registrou somente a atividade formal, ou seja, as empresas declaradas no CNPJ. Contudo, para o Censo Demográfico, o instituto leva em consideração os trabalhadores ativos da economia formal e informal, mas não fornece informações sobre a organização e a produção das empresas. Além disso, não há informações disponíveis durante o período intercensal, dez anos durante os quais, no entanto, as tendências econômicas não deixam de evoluir. Para preencher parcialmente essa lacuna, dispomos da Pesquisa Nacional Anual Domiciliar (PNAD), que, assim como os censos, traz informações sobre o emprego formal e informal, mas, também como ele, omite as características das empresas. Por fim, a abordagem geográ-

110 Bruno (2008).

111 Salama (2011).

fica acaba sendo restringida, pois algumas fontes, principalmente as da PIA e da PNAD, têm suas limitações. Assim, as amostras coletadas não permitem uma análise em escala municipal e metropolitana, contrariamente aos Censos Demográficos de 2000 e 2010 e às bases da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho, dedicadas ao emprego formal. Em compensação, graças à exatidão das informações do censo populacional, a caracterização demográfica da mão de obra apresenta menos dificuldades.

Uma produção voltada para o mercado interno

No Brasil, contrariamente aos países asiáticos, a produção de roupas é destinada, principalmente, ao mercado nacional. Com pouco mais de 1 bilhão de toneladas produzidas em 2007, o país é o sexto produtor mundial de roupas de acordo com o Instituto de Estudos e de Marketing Industrial (IEMI),¹¹² encontrando-se, no entanto, somente no 69º lugar na lista dos países exportadores. Em 2007, foram exportados 78,7 milhões de toneladas de artigos do vestuário¹¹³ e 92,8% da produção nacional foi escoada no mercado brasileiro.

Os dados da PIA mostram que o valor da produção brasileira do setor da “confecção e artigos do vestuário” apresentou forte crescimento entre 1996 e 2007. A produção quase que triplicou, passando de 7,8 para 22,7 bilhões de reais (veja na Tabela 3). Durante esse período, a taxa de participação relativa do estado de São Paulo, comparada com o resto da produção nacional, manteve-se equilibrada, variando apenas de 42,8% para 41,8%. O setor da confecção apresentou forte crescimento entre a segunda metade da década de 1990 e os anos 2000, tanto em escala nacional quanto no estado de São Paulo, este permanecendo em primeiro lugar entre os estados produtores. O crescimento da produção industrial brasileira como um todo foi ainda mais vigoroso, tendo no mínimo quadruplicado entre 1996 e 2007. A indústria de transformação de bens acompanhou essa trajetória, mas como o crescimento do setor da confecção foi menor do que o da indústria de transformação como um todo, ela passou por uma pequena crise, ainda que relativa. Contudo, é importante enfatizar que ainda que o crescimento do valor da produção da indústria de transformação do estado tenha sido inferior ao do resto do país (com aumento de 3,5 comparados aos 4,1 do país inteiro), a progressão

112 IEMI (2009, p. 28).

113 Id., p. 43.

da confecção foi praticamente a mesma do resto do país. Poderíamos, assim, concluir que, comparada ao restante do país, a indústria confeccionista paulista apresentou maior dinamismo, o que poderia indicar que o estado apresentava uma especificidade, uma vitalidade econômica própria. Não podemos, contudo, confirmar essa observação, posto que os dados das pesquisas industriais anuais incluem somente, como já mencionamos, a atividade formal, sobretudo as estruturas industriais com cinco ou mais empregados.

Tabela 3 Valor da produção industrial no Brasil e no estado de São Paulo de acordo com o setor, de 1996 a 2007 – em bilhões de reais.

		Total	Indústria de transformação	Confecção de artigos de vestuário
Brasil	1996	340.793.706	331.973.199	7.767.970
	2000	561.786.123	542.555.521	9.425.467
	2007	1.418.321.915	1.347.497.903	22.733.255
Estado de São Paulo	1996	164.254.985	163.618.601	3.323.366
	2000	253.052.045	252.316.620	3.474.700
	2007	569.420.920	567.774.316	9.514.101
Empresas com cinco ou mais empregados (empregos formais), registradas no CNPJ.				

Fonte: IBGE, PIA Empresa.¹¹⁴

Dando seguimento à análise, quando observamos os dados sobre o emprego nas unidades fabris, o estado de São Paulo apresenta mais uma vez uma evolução diversa do resto do país. Na esfera nacional, entre 1996 e 2007 o emprego industrial nas unidades com cinco ou mais empregados aumentou 41,5% no setor industrial como um todo e 44,5% na confecção. Nesse mesmo período, no estado, o número de empregados na indústria aumentou 20,9% e na confecção, somente 4,7%, conforme a Tabela 4.

Concluimos, por conseguinte, que as investigações da PIA dedicadas ao emprego demonstram uma diferenciação do setor da confecção no estado de São Paulo, que se mostrou claramente menos dinâmico do que o resto do país, no qual a totalidade do emprego industrial, confecção incluída, progredia significativamente.

114 IBGE: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pia-empresa/tabelas>.

Tabela 4 Emprego industrial (em número de funcionários) no Brasil e na cidade de São Paulo, de acordo com o setor, entre 1996 e 2007.

		Total	Indústria de transformação	Confecção e artigos de vestuário
Brasil	1996	5.054.978	4.939.816	361.082
	2000	5.231.011	5.121.301	383.848
	2007	7.151.453	6.987.254	521.725
Estado de São Paulo	1996	2.121.422	2.105.589	123.753
	2000	2.016.332	1.999.905	107.054
	2007	2.563.035	2.550.536	129.589

Fonte: IBGE, PIA Empresa.¹¹⁵

Como se trata, aqui, de emprego e não de valor produzido, há uma peculiaridade na dinâmica industrial em São Paulo em relação ao resto do país: a criação de empregos é menos dinâmica em proporção ao que se produz no país, a despeito da forte progressão do valor. Isso parece indicar que a indústria do estado teria realizado expressivos ganhos de produtividade, mas essa evolução estatística talvez esconda a evolução do emprego e das estruturas de produção, principalmente no setor da confecção, com o desenvolvimento de microunidades fabris ou a crescente utilização do trabalho informal, duas características que excluem as atividades desse tipo da pesquisa estatística.

Não obstante, a indústria de São Paulo, para enfrentar a abertura do mercado brasileiro à concorrência estrangeira, obteve significativos ganhos de produtividade graças à automatização da produção. De fato, a confecção (principalmente o setor formal) modernizou-se, adotando máquinas-ferramentas cada vez mais eficazes, especialmente no corte e no bordado. No entanto, apesar desses avanços, a confecção ainda é um setor em que o investimento em equipamentos é reduzido e a mão de obra, abundante. Por isso é preciso buscar outras explicações.

Pouco avançaremos se nos limitarmos a argumentos relacionados à organização do trabalho, como o aumento da cadência e o alongamento da jornada de trabalho, já que os dados apresentados dizem respeito ao setor formal. O enquadramento da atividade no setor formal parece progredir durante os anos 2000 graças a um controle mais severo da aplicação das regras do Código de Trabalho, que, sem dúvida, reduziu a flexibilização excessiva da qual o setor sempre tentou se livrar. Talvez devêssemos, também,

115 *Idem.*

interpretar nas tendências registradas por esses dados o reflexo das limitações das pesquisas anuais, relativas à definição e ao tamanho das amostras e da coleta de informações, e deduzir os erros prováveis.

Finalmente, é preciso conceber a hipótese de transferência de uma parte da atividade do setor formal declarado para o informal. A produção de roupas está submetida à lei dos distribuidores, que exigem do setor produtivo agilidade e flexibilidade para que possam reagir o mais rapidamente possível às mudanças da moda e ao interesse passageiro do público,¹¹⁶ fatores estes que vão determinar o volume e o ritmo dos pedidos. O mercado é alimentado até o ponto de saturação por meio do lançamento de novos produtos, mas para isso é preciso prever o momento em que esse ponto será alcançado. Sendo assim, os modelos de roupas mudam incessantemente e os pedidos, com volumes variáveis, chegam em intervalos cada vez menores. As empresas registradas no CNPJ têm, muitas vezes, menos agilidade e flexibilidade do que as inúmeras pequenas oficinas informais, que pouco respeitam as leis trabalhistas, sobretudo no que diz respeito aos horários e à duração da jornada de trabalho. Chega-se a um ponto em que as oficinas declaradas subcontratam uma parte dos pedidos com prazo reduzido ou em quantidades inabituais a estruturas informais, declarando, no entanto, a produção em seu próprio balanço. Esse procedimento pode explicar os ganhos de produtividade registrados pela PIA para estruturas do setor formal com cinco ou mais empregados, pois a complementaridade entre as empresas confeccionistas formais e informais é corriqueira tanto em São Paulo quanto no Nordeste. É, inclusive, provável que ela seja um dos fatores determinantes para a expansão dos estabelecimentos irregulares e, em São Paulo, para o crescente emprego da mão de obra migrante.

A essa altura, os dados consultados fornecem duas indicações: crescimento real da produção confeccionista, ainda que inferior ao observado na indústria como um todo, e aumento da população empregada na confecção, a despeito dos expressivos ganhos de produtividade. Essas características parecem ser mais marcantes no estado de São Paulo. Os dados censitários e as pesquisas domiciliares anuais (PNAD), que, contrariamente às pesquisas industriais (PIA), contabilizam a totalidade dos ativos do setor informal e dos trabalhadores ativos de todas as empresas, independentemente do número de empregados, permitem completar a análise, fornecendo informações sobre a RMSP.

116 Amadio (2004).

Em 2003, de acordo com o Censo Demográfico,¹¹⁷ o Brasil contava com cerca de 1,3 milhão de trabalhadores ativos do setor da confecção de artigos de vestuário e acessórios, 25,4% (324.416) dos quais atuavam no estado de São Paulo e aproximadamente 50% (176.482) na metrópole paulista, ou seja, 13,8% do total nacional de trabalhadores ativos do setor (veja na Tabela 5). Nos anos 2000, a cidade de São Paulo era, portanto, um centro de confecção nacional de primeira grandeza e a cidade brasileira que reunia o maior número de trabalhadores ativos do segmento, ultrapassando em muito o Rio de Janeiro, segunda metrópole de residência dos trabalhadores ativos da confecção (85.799).

O censo de 2010 registrou leve aumento de trabalhadores ativos na confecção na RMSP entre 2000 e 2010 (Tabela 5). Estes dados foram revelados nas PIAs para o estado de São Paulo, realizadas entre 1996 e 2007 (Tabela 4).

Tabela 5 Número de trabalhadores ativos da confecção de artigos de vestuário e acessórios no Brasil, no estado de São Paulo (UF SP) e na RMSP de acordo com o Censo Demográfico de 2000 e 2010.

		Brasil	UF SP	RMSP
2000	Total	1.278.968	324.416	176.482
	Homens	208.617	61.866	36.622
	Mulheres	1.070.351	262.550	139.860
	% mulheres	83,7	80,9	79,2
2010	Total	1.608.091	360.491	183.114
	Homens	306.738	71.844	42.608
	Mulheres	1.301.353	288.647	140.506
	% mulheres	80,9	80,1	76,7

Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010, empregos formais e informais.¹¹⁸

As PNADs, cuja abordagem metodológica se assemelha à usada pelos censos, também informam que a progressão do número de postos de trabalho na confecção em São Paulo desacelerou durante os anos 2000, ainda que tenha havido crescimento não negligenciável de 6,9% no estado e 9,7% na região metropolitana – enquanto o crescimento total nacional era de 23,8% (Tabela 6). Consultamos os dados anuais do Ministério do Trabalho sobre o trabalho formal – RAIS¹¹⁹ –, que limitam a análise ao nível municipal, no entanto reúnem as atividades têxteis e confeccionistas no mesmo subsetor.

117 IBGE (2003, 2012c).

118 Id. (2003, 2012a).

119 São Paulo (2012).

Ocorre que, como é sabido, os dois têm trajetórias diferentes, quiçá opostas, o que torna delicada a interpretação dos dados. De qualquer forma, entre 2000 e 2009 (Tabela 7), o número de empregos formais da indústria têxtil do vestuário e de artigos de tecido evoluiu de forma diversa, se considerarmos separadamente o estado, a RMSP ou o município de São Paulo. Na região metropolitana e no município o número de empregos subiu 18,5%, ou seja, significativamente menos do que no estado. Devemos avaliar e subtrair desse crescimento a fatia do setor têxtil. Ora, em se tratando de região metropolitana, os dados obtidos na PNAD apontam que o emprego no setor têxtil representava cerca de 30% do total dos postos de trabalho ocupados na confecção. De acordo com a pesquisa acima, o emprego têxtil aumentou 41,7% entre 2002 e 2009, de forma que a alta dos postos de trabalho na confecção era bem menor do que 18,6%, muito provavelmente em torno de 10%.

Assim, todas as fontes apontam para o aumento dos postos de trabalho no setor confeccionista, cuja intensidade diferia de acordo com a região: RMSP, estado de São Paulo e resto do Brasil. Mas os estudos empreendidos pelas PIAs e pelos Censos Demográficos de 2000 e 2010 revelaram a estabilização do número de trabalhadores ativos nesse setor, enquanto as PNADs e os dados do Ministério do Trabalho indicaram aumento de cerca de 10% no número de empregos na confecção na metrópole de São Paulo.

Tabela 6 Número de trabalhadores ativos da confecção de artigos de vestuário e acessórios no Brasil, no estado de São Paulo (UF SP) e na RMSP em 2002 e 2009, de acordo com as pesquisas anuais por amostra de domicílios (PNAD).

		Brasil	UF SP	RMSP
2002	Total	1.491.053	401.101	220.923
	Homens	225.271	70.264	46.690
	Mulheres	1.265.782	330.837	174.233
	% mulheres	84,9	82,5	78,9
2009	Total	1.845.591	428.606	242.364
	Homens	302.709	82.170	62.516
	Mulheres	1.542.882	346.436	179.848
	% mulheres	83,6	80,8	74,2

Fonte: IBGE, PNAD 2002 e 2009.¹²⁰

120 IBGE: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=destaques>.

Tabela 7 Número de empregos formais da indústria de vestuário e artigos de tecido no estado de São Paulo (UF SP), na RMSP e no município de São Paulo em 2000 e 2002, de acordo com os dados da RAIS.

	2000	2009	Variação percentual de 2000-2009
UF SP	229.163	289.910	26,5
RMSP	118.747	140.751	18,5
Município de São Paulo	85.824	101.931	18,8

Fonte: Ministério do Trabalho/SEADE.¹²¹

Por trás dessa evolução quantitativa, difícil de ser avaliada de forma exata, escondia-se uma vasta reorganização do segmento. A partir do final dos anos 1990 e durante os anos 2000, o aumento da presença estrangeira na confecção metropolitana acentuava a importância crescente das pequenas oficinas frente ao modelo de produção em massa.

Durante os anos 2000, um número crescente – comparado com a década anterior – de migrantes originários de países vizinhos, sobretudo Bolívia e Paraguai, instalou-se na RMSP para trabalhar na confecção. Entre 2000 e 2010,¹²² a proporção dos migrantes internacionais (Tabela 8) na população ativa atuando na confecção passou de 3,2% (5.668) para 8,4% (15.354). Paralelamente, a população brasileira empregada na confecção caiu de 170.814 para 167.760. Cabe ressaltar que o número de imigrantes sul-americanos que moravam no Brasil foi subestimado pelos recenseamentos de 2000 e 2010, fato que fragiliza a hipótese de ganhos de produtividade no setor e torna necessária uma reavaliação “para cima” da fatia dessa população ativa. A substituição da força de trabalho autóctone pela mão de obra imigrante explica a estabilização do número total de ativos, a despeito do aumento do total de imigrantes trabalhando nas oficinas de costura.

Tabela 8 População ativa do setor da confecção residindo em São Paulo (RMSP), de acordo com o lugar de nascimento, em 2000 e 2010.

Estado de origem	2000	(%)	2010	(%)
Rondônia	48	0,0	99	0,1
Acre	0	0,0	19	0,0
Amazonas	62	0,0	52	0,0

121 São Paulo (2012).

122 IBGE (2003, 2012a).

Tabela 8 *Continuação...*

Estado de origem	2000	(%)	2010	(%)
Roraima	0	0,0	13	0,0
Pará	235	0,1	359	0,2
Amapá	0	0,0	22	0,0
Tocantins	47	0,0	37	0,0
Total Norte	2.392	1,4	2.611	0,3
Maranhão	1.484	0,8	1.694	0,9
Piauí	3.640	2,1	3.421	1,9
Ceará	9.175	5,2	6.905	3,8
Rio Grande do Norte	2.076	1,2	2.062	1,1
Paraíba	4.193	2,4	3.570	1,9
Pernambuco	13.298	7,5	10.595	5,8
Alagoas	4.182	2,4	2.973	1,6
Sergipe	1.673	0,9	1.301	0,7
Bahia	20.007	11,3	15.630	8,5
Total Nordeste	59.728	33,8	48.151	26,3
Minas Gerais	11.285	6,4	7.548	4,1
Espírito Santo	672	0,4	454	0,2
Rio de Janeiro	1.039	0,6	870	0,5
São Paulo	87.404	49,5	102.187	55,8
Total Sudeste	100.400	56,9	111.059	60,7
Paraná	7.910	4,5	5.274	2,9
Santa Catarina	455	0,3	272	0,1
Rio Grande do Sul	434	0,2	198	0,1
Total Sul	8.799	5,0	5.744	3,1
Mato Grosso do Sul	500	0,3	269	0,1
Mato Grosso	370	0,2	323	0,2
Goiás	498	0,3	263	0,1
Distrito Federal	104	0,1	203	0,1
Total Centro-Oeste	1.472	0,8	1.058	0,6
Sem informação	23	0,0	1.147	0,6
Estrangeiro	3.668	2,1	13.344	8,4
Total	176.482	100,0	183.114	100,0

Fonte: IBGE.¹²³

123 *Idem.*

A presença sempre crescente da migração regional no setor reforçou, também, o modelo produtivo da oficina, onde imigrantes, fossem eles patrões ou costureiros, eram em sua maioria empregados. Veremos em mais detalhes, no capítulo IV, a organização da indústria de vestuário por meio da análise do funcionamento e da articulação das oficinas de costura, das firmas e do trabalho em domicílio, mas aproveitaremos para mencionar desde já que a confecção pode ser estruturada de várias formas, que podem coexistir e se completar. No primeiro caso, todas as etapas constitutivas da trajetória de uma peça de vestuário, do design à comercialização, passando pela fabricação, estão concentradas em uma única empresa, um modelo dominante, o da marca de roupas que cria, fabrica e distribui seus produtos e que perdeu durante bastante tempo. Na fabricação, a firma é, de fato, importante, mas é apenas uma peça de um dispositivo mais amplo. No segundo modelo, a oficina autônoma, a fabricação é retirada do dispositivo e se torna uma atividade independente, sem vínculo com a empresa vestuarista. Assim, a atividade das oficinas limita-se, muito frequentemente hoje em dia, à fabricação da roupa, ou seja, à execução dos pedidos terceirizados ou oriundos de uma marca que, por sua vez, se encarrega do design e da comercialização das peças. Como a fabricação passou a ser autônoma, as oficinas desenvolveram características próprias opostas às peculiaridades das firmas, diferenças estas que constituem vantagens competitivas para elas. Uma das principais características é a flexibilização, que promove, do ponto de vista organizacional, uma crescente informalidade. O modelo informal se traduz por contratos simplesmente verbais, sem assinatura de carteira e por precárias condições laborais impostas pela modulação dos horários, das jornadas de trabalho ou das condições de higiene e segurança no local da atividade profissional.¹²⁴

Confecção e metrópole: a mão de obra feminina e migrante

Nos anos 2000, a confecção da RMSP manteve seu dinamismo, ainda que de forma mais comedida do que o resto do Brasil, enquanto ocorriam vastas mudanças estruturais, organizacionais e sociodemográficas. Estudaremos nos capítulos seguintes os pormenores da implicação crescente da

124 A oficina de confecção, marcada por um alto grau de informalidade, está diretamente vinculada ao avanço da imigração. Essa afirmação é válida para o período que nos interessa, mas seria inexacto afirmar que a oficina é uma organização característica da imigração internacional ligada às “especificidades” da imigração. Durante o século XX, as oficinas de São Paulo foram durante um longo período “autóctones”: costureiros e patrões eram todos brasileiros. As relações entre a oficina e a mão de obra estão inseridas em um conjunto de evoluções sociodemográficas locais e nacionais, como veremos nos capítulos a seguir.

imigração internacional na confecção paulista. Primeiramente descreveremos globalmente o setor de atividade metropolitano, cuja importância permanece, apesar do recuo geral e relativo das atividades industriais. Representando 13,8% do emprego industrial na região metropolitana em 2010,¹²⁵ a confecção ocupava o segundo lugar entre as demais atividades industriais. A título de comparação, nessa mesma época o setor têxtil, de notória importância histórica, era responsável por somente 4% das vagas de trabalho na indústria metropolitana, ou seja, menos de 1/3 dos números do setor de confecção.

A confecção se distingue nitidamente das outras atividades industriais pela importância do papel desempenhado pelas mulheres, as quais representam menos da metade dos trabalhadores ativos da região metropolitana e um terço dos ativos na indústria (Tabela 9); no entanto, de cada quatro costureiros, três pertencem ao sexo feminino. A identificação da confecção como atividade feminina é ainda uma realidade reproduzida em todo o Brasil, pois as mulheres representam 83,4% da população ativa total do setor (Figura 4). A confecção é certamente um dos principais segmentos de atividade para a mão de obra feminina.

Retomemos os estudos da metrópole de São Paulo com informações detalhadas, por faixa etária, sobre a feminização generalizada do setor. Em 2010, a porcentagem de mulheres na população ativa da confecção na RMSP chegou a 76,7% (Tabela 9) em todas as faixas etárias.¹²⁶ Esses números sobem para 85,8% na faixa dos 45-65 anos e caem para 66,6% entre 18 e 35 anos. A feminização da confecção, ainda que nitidamente marcada em todas as faixas etárias, tenderia a desaparecer nas jovens gerações. A interpretação desses dados nos leva a abordar a questão mais ampla do universo do emprego feminino em São Paulo e no Brasil. Nos últimos anos, uma das maiores mudanças ocorridas na sociedade brasileira foi a integração crescente das mulheres no mercado de trabalho. Além disso, não somente mais mulheres passaram a ter acesso ao emprego, mas os empregos acessíveis são também mais diversificados e exigem, sobretudo, níveis de qualificação mais elevados. Assim, em 2002 e 2015, a taxa de atividade em São Paulo (RMSP) permaneceu estável, em 57%. No entanto a nítida diferença entre homens e mulheres diminuiu consideravelmente: entre essas duas datas, a taxa de atividade dos homens passou de 68% para 66%, enquanto a das mulheres foi de 46% para 50%.¹²⁷

125 IBGE (2012a).

126 *Idem*.

127 IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa mensal de emprego. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaulttab_hist.shtm.

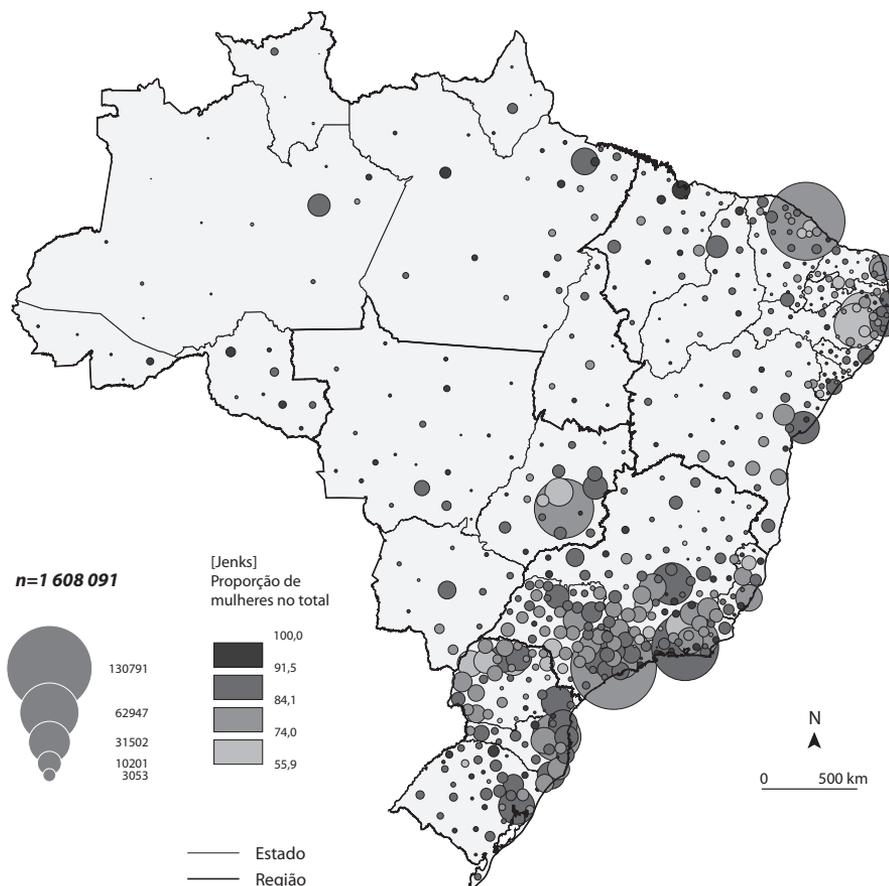


Figura 4 População ativa do setor da confecção no Brasil, de acordo com o local de residência (microrregião) e o sexo, em 2010.

Fonte: IBGE,¹²⁸

Tabela 9 RMSR. Número de trabalhadores ativos de 10 anos e mais, de acordo com o setor de atividade e sexo, em 2010.

Setor	Homens	Mulheres	Total	Mulheres (%)
Confecção	42.608	140.506	183.114	76,7
Todo o setor industrial	870.865	445.291	1.316.156	33,8
Todas as atividades	5.191.632	4.288.480	9.480.112	45,2

Fonte: IBGE,¹²⁹

128 Id. (2003).

129 Id. (2012a).

Essa evolução está, sem dúvida, relacionada ao final da transição demográfica, que aliou queda da fecundidade feminina, generalização da escolarização – com rápida entrada no ensino superior – e urbanização. Esses três eventos estão conjugados e têm impacto constatado no mercado de trabalho.

A investigação sobre as origens geográficas dos empregados ativos da confecção instalados na região de São Paulo revela uma expressiva presença de migrantes internos e a crescente presença de migrantes internacionais (Tabela 9). A maior parte da população estudada é, no entanto, originária do estado de São Paulo. Essa proporção subiu entre 2000 e 2010, passando de 49,5% para 55,8%. Em 2000, três quartos da migração interna total e um terço dos trabalhadores ativos da confecção eram oriundos da região Nordeste. Essa proporção passou a pouco mais de um quarto em 2010. Bahia, Pernambuco e Ceará eram os principais fornecedores de força de trabalho e, paralelamente, também produtores de vestuário. Nesses estados estão situados alguns dos mais importantes polos confeccionistas do país (Figura 4), como na metrópole de Fortaleza, capital do Ceará, ou na microrregião de Toritama,¹³⁰ Santa Cruz do Capibaribe, Taquaritinga do Norte, Vertentes e Surubim, no Agreste pernambucano. Em 2000, o papel desempenhado pela migração internacional era marginal e os migrantes estrangeiros representavam apenas 2,1% dos empregados ativos. Em 2010, no entanto, a situação mudou, e o número de imigrantes triplicou, passando a representar 8,4% dos ativos da confecção. Entretanto não podemos deixar de observar que o total de migrantes do Nordeste caiu para 5,5%, ou seja, equivalente ao aumento da imigração internacional. Tudo indica, portanto, que uns substituíram os outros – de forma geral entre 2000 e 2010, pois a porcentagem de migrantes internos reduziu-se, enquanto a de migrantes internacionais cresceu.¹³¹

A baixa na presença dos migrantes nordestinos na confecção era um reflexo do que ocorria em toda a região metropolitana, onde o número de pessoas oriundas do Nordeste diminuiu de 3,7 milhões para 3,1 milhões entre os dois últimos censos. Mas o esgotamento relativo do fluxo de migrantes nordestinos não é a única explicação para o recuo de sua participação no setor da confecção, pois, como vimos, a confecção atraía cada vez menos jovens migrantes internos, principalmente mulheres. Assim, em 2010, a idade média dos migrantes nordestinos atuando na confecção situava-se entre 39,8 e 46,6, de acordo com os estados de origem.¹³² No entanto, era de 40,6 para a população total do setor e 28,1 e 28,8, respectivamente, para os imigrantes paraguaios

130 Fusco e Vasconcelos (2010).

131 IBGE (2012c).

132 Id. (2012a).

e bolivianos. Ainda que os migrantes nordestinos fossem realmente mais velhos, comparando-se essa população com a população total de migrantes, por taxa de atividade e faixa etária, vemos que a nova geração de migrantes nordestinos é a que mostra menor interesse pelas oficinas de costura.

O censo de 2010 examinou a situação dos ativos de acordo com suas ocupações: empregados, patrões ou autônomos (Tabela 8). Os empregados estão divididos entre os que têm carteira assinada e os que não têm, e essa categorização permite abordar a realidade da condição migratória no mercado de trabalho metropolitano. De fato, a presença desproporcional do empreendedorismo e do assalariado informal em certos nichos de atividade é frequentemente um indício de que os trabalhadores ativos (nesse caso, os migrantes) são mantidos à margem dos circuitos econômicos e, com mais frequência, dos recursos do ambiente urbano.

Tabela 10 População ativa na confecção da RMSP de acordo com a situação na atividade e quanto à origem geográfica.

	Nascidos em UF SP	%	Migrantes internos não nascidos em UF SP	%	Migrantes internacionais	%
Empregado com carteira assinada	42.862	41,9	26.814	40,9	1.715	11,2
Empregado sem carteira assinada	21.103	20,7	11.860	18,1	4.266	27,8
Por conta própria	33.889	33,2	25.527	38,9	8.799	57,3
Empregador	3.304	3,2	992	1,5	487	3,2
Não remunerado	1.029	1,0	380	0,6	87	0,6
Total	102.187	100,0	65.573	100,0	15.354	100,0

Fonte: IBGE.¹³³

No que diz respeito à atividade, os dados não evidenciam uma nítida distinção entre os nativos do estado de São Paulo e os migrantes internos nascidos em outras regiões. A taxa de assalariados destes é ligeiramente inferior, atingindo 59% dos empregados ativos, com uma proporção de indivíduos com carteira assinada ligeiramente superior. A única diferença notável reside na taxa de empregadores, nitidamente inferior nos migrantes internos. Quanto aos migrantes estrangeiros, são grandes as diferenças. A proporção de empregados é baixa, atingindo 39% da população total. Diferentemente dos autóctones, essa condição é marcada pela informalidade, já que 71,3%

133 *Idem.*

dos empregados têm situação de informalidade, contra 30,7% dos migrantes internos nascidos fora do estado de São Paulo. Por outro lado, encontramos no grupo de migrantes internos uma forte proporção de empreendedores. Essas duas tendências podem parecer contraditórias, mas na realidade o trabalho informal e o empreendedorismo resultam frequentemente de dificuldades encontradas pelos migrantes estrangeiros no mercado de trabalho. Pouco conhecimento sobre a sociedade que os receberá (dificuldades linguísticas, falta de experiência no mercado de trabalho), situação administrativa irregular, isolamento e urgência em encontrar trabalho podem explicar a razão pela qual os migrantes aceitam empregos informais. Mas empreender pode também ser uma solução, ainda que mais difícil, evidentemente, frente às dificuldades encontradas para a integração na economia urbana. De fato, uma vez superadas as obrigações legais e as formalidades administrativas, montar uma oficina de confecção é pouco oneroso, rápido e discreto. No caso do empregado sem carteira assinada, a fragilidade e a insegurança que caracterizam a situação do migrante se traduzem por uma vulnerabilidade crescente; no caso do empreendedor, o resultado é a maior autonomia.

Veremos nos capítulos seguintes que, de fato, muito frequentemente a trajetória dos empreendedores é similar à de inúmeros costureiros, e por essa razão analisaremos em detalhes a realidade da autonomia e da vulnerabilidade relacionadas às condições de trabalho na confecção.

* * *

Este capítulo permitiu estabelecer as condições de nascimento e expansão da confecção brasileira. Orquestrada no pós-guerra entre Nova York e Paris, emergiu sob a forma de um produto manufaturado, padronizado e destinado ao consumo de massa, difundindo-se em seguida no mundo inteiro. No Brasil, surge no Rio de Janeiro e desloca-se rapidamente para São Paulo. Inicialmente os modelos econômicos das duas cidades apresentavam características diferentes. Em terras cariocas, o vestuário era um artigo de moda; na região paulista, produto de consumo. A confecção, enquanto dispositivo econômico, constituiu-se, portanto, em torno de dois polos: inovação e criação, por um lado, e projeto industrial e empresarial, por outro. No Rio de Janeiro, a inovação e a criação prevaleceram sobre o aspecto produtivo, que foi passado para o segundo plano, enquanto em São Paulo houve o movimento inverso. A metrópole tornou-se o principal centro de produção de

vestuário do país, e apesar das dificuldades da economia brasileira dos anos 1980 e 1990 o setor de confecção cresceu e confirmou sua sólida ancoragem na região. A segunda metade dos anos 1990 e os anos 2000 foram marcados por uma tripla evolução. São elas: o arranque do setor confeccionista em todo o país, quadruplicando a produção em termos de valores e confirmando a importância da Região Metropolitana de São Paulo no dispositivo nacional; em seguida houve a estabilização do volume de trabalhadores ativos, que deixou entrever expressivas mudanças no âmago do setor entre ganhos de produtividade e reorganização do dispositivo produtivo; e, por fim, a renovação da força de trabalho, que impulsionou a participação da imigração sul-americana. No início dos anos 2010, a confecção era um dinâmico setor de atividade da indústria manufatureira que mantinha uma expressiva ancoragem metropolitana em São Paulo e que restaurou os fluxos migratórios internacionais. Tais mudanças concentraram-se no coração da capital paulista, mais particularmente nos bairros do Bom Retiro, do Brás e do Pari, que, após terem sido os principais focos de industrialização e de imigração na primeira metade do século XX, haviam entrado em um período de declínio.